

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Trata-se de impugnação ao edital da **Concorrência Eletrônico nº 90003/2025**, cujo objeto é a execução de obra de drenagem e pavimentação, com blocos de concreto intertravados, na comunidade Santa Joana, Itarana-ES, **IMPETRADA** pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 32.696.567/0001-30, com sede à Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº 675, sala 701, Ed. Palácio do Café, Enseada do Suá, Vitória/ES, CEP 29050-912.

1 - DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, cumpre registrar e transcrever o contido no **item XIII e seus subitens**, do Edital:

XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

A sessão de abertura foi marcada para o dia **21/08/2025**, às **09h00min**, conforme publicações do aviso de licitação em **06/08/2025**, constantes nos autos do processo, sendo contado e respeitado os **10 (dez) dias úteis** para a modalidade Concorrência, para serviços comuns, conforme letra "a", inciso II do artigo 55 da Lei 14.133/2021.

A impugnação foi apresentada dia **15/08/2025**, registrado recebimento às **14h19min**, por meio de endereço eletrônico: licitacao@itarana.es.gov.br, ou seja, dentro do prazo estipulado no edital, portanto, **TEMPESTIVA**.

Gostaria de pontuar que o documento apresentado pelo Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES - **Ofício PROJUR nº 095/2025**, está sem data, hora e assinatura digital por parte da Recorrente, o que caracteriza como documento apócrifo.

Em situação semelhante, o Poder Judiciário tem decidido que:

"Apócrifa. Petição de impugnação de documentos desprovida de assinatura dos procuradores da parte, é ato processual inexistente, sem qualquer valor o seu conteúdo. (TRT-6 – RO: 628200200606000 PE 2002.006.06.00.0. Data de Publicação: 11112/2002)."

O fato de a impugnação ser apócrifa, a princípio, impede o seu recebimento e eventual provimento, de forma que a mesma deve ser rejeitada, o que, todavia, não obsta a análise de ofício das circunstâncias tangentes ao edital em baila, com vistas ao melhor atendimento ao interesse público e, em respeito ao inciso XXXIV, letra a, do art. 5º da Constituição da República, que prevê o direito de petição, irei formalizar manifestação acerca do teor da Impugnação.

2 - DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE E PEDIDO

O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO

–CRT-ES alega que o Edital da Concorrência Eletrônica nº 90003/2025 não previu a inclusão nos critérios de capacidade técnica dos profissionais técnicos industriais e pessoas jurídicas registrados no CRT-ES, bem como a inclusão da referida autarquia como órgão de fiscalização profissional e da aceitação do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT como instrumento de comprovação da habilitação do profissional técnico industrial.

Dessa feita, requer que a impugnação seja julgada procedente e que o edital seja revisado no tocante à comprovação da capacidade técnico-operacional para inclusão dos técnicos industriais registrados no CRT-ES de forma a ampliar a competitividade do certame.

Assim, solicita a revisão do presente edital para a “inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como órgão de fiscalização profissional assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, de forma a que estes profissionais e as pessoas jurídicas sejam contemplados no texto do certame.”

3 - DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO.

De pronto, é importante destacar que os atos praticados pela Administração em seus procedimentos licitatórios, obrigatoriamente, devem ser pautados pelos princípios da isonomia e da legalidade. Nesse sentir, a realização do certame atende aos princípios licitatórios.

Ademais, o Edital foi previamente cancelado pela Assessoria Jurídica, o que demonstra zelo pelo cumprimento da legislação vigente e princípios que regem os atos da Administração Pública.

Inicialmente quero registrar que já houve impugnação semelhante posto pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO, CRT-ES**, ao Edital da Concorrência Eletrônica nº 90002/2025 (processo 003495/2024) e, por se tratar de questão de ordem técnica, este Agente de Contratação solicitou manifestação da área competente no âmbito deste Município, setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU), **a qual assim se pronunciou:**



DESPACHO

De: Setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU)

Para: Setor de Licitações

Em resumo, a parte impugnante sustenta que a exigência de registro dos licitantes e responsáveis técnicos exclusivamente no CREA/CAU, como condição de habilitação técnica prevista no Edital ora questionado, estaria limitando a competitividade e infringindo a legislação federal, ao excluir outros profissionais ou pessoas jurídicas devidamente habilitados pelo CRT-ES.

Assim, solicita a revisão do presente edital para a: *"e inclusão da obrigatoriedade do profissional/pessoa jurídica poder estar devidamente habilitado/registrado no Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT/ES no Edital bem como no Termo de Referência, como requisito/forma de qualificação técnica, e a inclusão do Conselho Regional dos Técnicos Industriais do Espírito Santo – CRT-ES como o órgão de fiscalização do profissional técnico industrial assim como o TRT – Termo de Responsabilidade Técnica, conforme o caso e onde couber, para legitimar o exercício da profissão do técnico industrial e não para excluir qualquer outro órgão aqui exigido como forma de habilitação"*.

Entende-se como improcedente a impugnação apresentada, uma vez que o objeto contratual não se relaciona diretamente com as atribuições da profissão de Técnico Industrial na área da Construção Civil, conforme estabelece a Resolução nº 108, de 08 de outubro de 2020 do Conselho Federal dos Técnicos Industriais:

Art. 5º. Para os efeitos e entendimento do disposto no art. 4º, § 1º, do Decreto 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 no limite das prerrogativas e atribuições da Técnico em Edificações e do Técnico em Construção Civi para projetar e dirigir obras, observar-se-á a área de 80m² com a estrutura necessária.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 6faa5c60-b4d0-4f09-98f3-2029e5f04ddc
DESPACHO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025





Considerando que o objeto previsto neste edital se refere a uma obra de reforma com área total de 509,12 m², faz-se obrigatória a participação de profissional legalmente habilitado, arquiteto ou engenheiro, para a execução dos serviços, em conformidade com as normas vigentes e as atribuições estabelecidas pelos respectivos conselhos de classe.

Dessa forma, não há fundamento na alegação do impugnante, uma vez que está evidente que o objeto do certame excede o campo de atuação dos Técnicos Industriais, conforme estabelecido pela regulamentação do seu respectivo Conselho.

Itarana/ES, 15 de maio de 2025

Assinado por ENYANDE DE OLIVEIRA BOTELHO BALDOTTI 152.***-***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 09:31:08

Assinado por CARLA DEMONER MALTA
152.***-***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:48:03

Carla Demoner Malta
Arquiteta e Urbanista CAU A232085-1
Responsável Técnico PMI

Assinado por GABRIEL PESENTE PIOROTTI
140.***-***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/05/2025 10:49:08

Gabriel Pesente Piorotti
Engenheiro Civil CREA ES-052453/D
Responsável Técnico PMI

João Bosco Dal Col De Martin
Engenheiro Civil CREA ES-043192/D
Responsável Técnico PMI

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 6faa5c60-b4d0-4f09-98f3-2029e5f04ddc
DESPAÇO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025



ECM DESPACHO SETOR DE ENGENHARIA Nº 000023/2025

Assinaturas 3	Histórico de Assinaturas 3
Data	Responsável
16/05/2025 08:31:08	ENYANDE DE OLIVEIRA BOTELHO BALDOTTO
15/05/2025 10:49:08	GABRIEL PESENTE PIOROTTI
15/05/2025 10:48:03	CARLA DEMONER MALTA

Ao fim, este agente de contratações, tratando-se de matéria de ordem técnica, limito-me a acolher a manifestação da unidade demandante e deu como improcedente a solicitação feita pelo CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES.

Quanto a este certame, Concorrência Eletrônica nº 90003/2025, em sua impugnação, o CRT-ES volta afirmar que seus profissionais/pessoas jurídicas estão igualmente habilitados e capacitados para se responsabilizar pelo contrato objeto da licitação em questão e, nesse sentido, o Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, apresentou as Resoluções nº 103/2020 e 109/2020.

A despeito do afirmado pelo CRT-ES, a igualdade de competências entre os profissionais de nível médio e de nível superior está sendo questionada tanto pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), que já ajuizou Ação Civil Pública junto ao Poder Judiciário Federal contra a resolução supracitada, quanto pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), que divulgou nota na qual informa que está estudando medidas jurídicas para derrubá-la como já recorreu a processos jurídicos em outra ocasião contra a Resolução nº 58/2019 do CFT.

Oportuno esclarecer que quando da definição da capacidade técnica para a execução da obra foi considerada sua complexidade, estando essa qualificação para engenheiros e arquitetos compatível com a obra que se pretende contratar, sendo essa exigência razoável e guardando a relação com a dimensão e a dificuldade da obra em questão.

A questão central posta sob análise é a legalidade da cláusula presente no Edital de Concorrência Eletrônica nº 90003/2025, que limitou a participação no certame a empresas registradas no CREA e/ou CAU,

excluindo, por consequência, os profissionais e empresas vinculados ao CRT-ES.

Primeiramente, é imperativo observar o princípio da **hierarquia das normas jurídicas**. A regulamentação das atribuições dos técnicos industriais está alicerçada no Decreto nº 90.922/1985, que possui força de lei e estabelece limites claros à sua atuação. Uma resolução emitida por um conselho profissional, por ser um ato normativo **infralegal**, não possui o condão de se sobrepor, ampliar ou modificar as disposições de um decreto ou de uma lei federal. A tentativa do CFT de expandir as competências de seus registrados por meio de resolução cria uma norma de validade jurídica questionável, que pode conflitar com o ordenamento superior.

Em segundo lugar, temos como exemplo a Resolução CFT nº 058/2019 e suas alterações, quais são objeto de **ações judiciais movidas pelo CONFEA e pelo CAU**, que buscam sua anulação. Este cenário de judicialização instaura uma grave **insegurança jurídica**. Para o administrador público, cujo dever é zelar pela legalidade e pela estabilidade dos contratos, seria temerário fundamentar a habilitação de licitantes em uma norma cuja vigência e legalidade estão sob contestação no Poder Judiciário. Acolher essas resoluções seria expor a licitação e o futuro contrato a um risco concreto de anulação, com potenciais prejuízos ao erário e à continuidade do serviço público, ora já debatido pelo Tribunal de Contas da União, vejamos:

" No que se refere à Resolução n. 89/2019 do CFT, esclarece que é objeto da ACP nº 1071450-05.2020.4.01.3400, que tramita na 13ª Vara Federal Cível da SJDF, do TRF-1, também movida pelo CONFEA. Os dispositivos impugnados na ação também são os mesmos dos abordados na presente Representação O processo aguarda manifestação do Ministério Público e julgamento após conclusão da fase instrutória.

Adicionalmente, o CFT esclarece que foi movida a ACP nº 1001363-87.2021.4.01.3400, pelo CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, [em que] discute diversos artigos e incisos da Resolução n. 89/2019 do CFT. O processo se encontra em fase instrutória.

Por fim, esclarece que a Resolução n. 101/2020 do CFT é discutida nos autos do Processo nº 1053434-03.2020.4.01.3400, que tramita na 9ª Vara Federal Cível da SJDF, por iniciativa também do

CONFEA. Os artigos e incisos são também idênticos aos abordados nesta Representação. O processo se encontra concluso para julgamento em primeira instância. "

[ACÓRDÃO 1155/2024 – PLENÁRIO](#)

Nesse exato sentido se posicionou o Tribunal de Contas da União. Ao ser instado a se manifestar sobre a matéria no Acórdão nº 1155/2024-Plenário, o TCU, embora tenha se declarado incompetente para julgar o mérito da resolução (tarefa do Judiciário), foi taxativo ao reconhecer o risco e determinar às suas unidades que, nos casos concretos, **não permitam que a regulamentação extensiva do CFT exponha o Poder Público ao risco de contratar empresas não habilitadas**. Essa deliberação, na prática, orienta toda a Administração Pública federal a não acatar a norma contestada, em nome da segurança jurídica.

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno/TCU e no art. 103 da Resolução/TCU 259/2014, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. cientificar a Segecex para que oriente as suas unidades técnicas que atuam no exame de procedimentos licitatórios de obras públicas e serviços de engenharia para realizar, nos casos concretos, a análise dos critérios de habilitação utilizados na licitação, no sentido de não permitir que uma regulamentação extensiva das atribuições dos técnicos pelo CFT exponha o Poder Público ao risco de contratar empresas/profissionais que não estejam habilitados para o adequado desempenho das obrigações inerentes ao objeto licitado;

9.3. enviar cópia desta deliberação ao Crea/SP e ao Crea/CE; e

9.4. arquivar este processo, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU. "

[ACÓRDÃO 1155/2024 – PLENÁRIO](#)

Por simetria, deve adotar a mesma cautela. A conduta do setor de Construção e Conservação – Engenharia Civil (SMTOSU), ao restringir a participação no certame, não configurou uma limitação indevida à competitividade, mas sim uma medida de **prudência e de zelo pela segurança jurídica do processo**

licitatório.

Diante de um evidente conflito normativo, o gestor agiu corretamente ao se pautar pelas atribuições profissionais consolidadas em lei e indiscutivelmente válidas, em detrimento de uma prerrogativa prevista em resolução infralegal e judicialmente contestada.

Diante dos fatos acima, reafirmamos que a contratação da obra é imprescindível e que deve ser realizada da forma tecnicamente mais apropriada para obtermos o resultado esperado, ou seja, a qualidade na execução e a conclusão dentro do cronograma estabelecido.

Por todo o exposto, conclui-se que a representação é **improcedente**, uma vez que a cláusula do edital se justifica como medida necessária para garantir a segurança jurídica e a legalidade da contratação.

4 – DA DECISÃO

Sendo assim, na forma do parágrafo único do art. 164 da Lei 14.133/2021, pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** o Agente de Contratação **CONHECER** da impugnação, mesmo sem preencher os requisitos de admissibilidade, oferecida pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESPÍRITO SANTO – CRT-ES**, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob o nº 32.696.567/0001-30 e, **no mérito**, julgar **IMPROCEDENTE**, mantendo as especificações, prazos e demais condições estabelecidas no referido Edital e seus Anexos.

É como decido

Itarana/ES, 18 de agosto de 2025

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025